

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS DAS CONQUISTAS E DESAFIOS

Liduina de Jesus Costa Garcia

Mestranda pelo programa de Pós-Graduação em ciências da Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais (FICS).

<https://orcid.org/0009-0001-7845-7647>

E-mail: li.duca@hotmail.com

Mílvio da Silva Ribeiro

Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará – PPGEO/UFPA. Professor na Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas Gamaliel – FATEFIG, Pedagogo; Geógrafo.

<https://orcid.org/0000-0002-1118-7152>

E-mail: milvio.geo@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N4>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N4-93>

RESUMO: Este artigo explora a evolução da educação inclusiva no Brasil, destacando sua trajetória histórica e os marcos legais que fundamentam o direito à educação com igualdade de oportunidades. A autora, Liduina de Jesus Costa Garcia, analisa como a Modalidade de Educação Especial se consolidou no contexto educacional brasileiro, enfatizando a importância de movimentos sociais e políticas públicas que promoveram a inclusão escolar. A pesquisa se propõe a responder duas questões centrais: a origem da Educação Especial como aspecto legal da inclusão e os eventos históricos que moldaram a atual concepção de educação para todos. O texto ressalta a necessidade de transformar discursos inclusivos em práticas efetivas, defendendo que a inclusão deve ser entendida como um direito fundamental, e não apenas uma obrigação. Ao longo do artigo, são discutidos os desafios persistentes que limitam a efetivação da inclusão, bem como a importância de um olhar humano e respeitoso na construção de um ambiente educacional acolhedor para todos os estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Inclusão. Direito. Igualdade. Acesso.

INCLUSIVE EDUCATION IN BRAZIL: HISTORICAL ASPECTS OF ACHIEVEMENTS AND CHALLENGES

ABSTRACT: This article explores the evolution of inclusive education in Brazil, highlighting its historical trajectory and the legal frameworks that underpin the right to education with equal opportunities. The author, Liduina de Jesus Costa Garcia, analyzes how the Special Education Modality was consolidated in the Brazilian educational context, emphasizing the importance of social movements and public policies that promoted school inclusion. The research proposes to answer two central questions: the origin of Special Education as a legal aspect of inclusion and the historical events that shaped the current conception of education for all. The text emphasizes the need to transform inclusive discourses into effective practices, arguing that inclusion should be understood as a fundamental right, and not just an obligation. Throughout the article, the persistent challenges that limit the effectiveness of inclusion are discussed, as well as the

importance of a humane and respectful look in building a welcoming educational environment for all students.

KEYWORDS: Education. Inclusion. Right. Equality. Access.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva representa um direito humano fundamental, cuja finalidade é assegurar a todos os indivíduos, independentemente de suas características, o acesso igualitário e de qualidade ao ensino. No contexto brasileiro, essa modalidade educacional tem sido moldada por avanços significativos e desafios persistentes, que refletem a luta contínua por uma sociedade mais justa e equitativa. Historicamente, a educação inclusiva se consolidou como um marco essencial na trajetória da educação nacional, desafiando práticas excludentes e promovendo uma nova visão sobre o papel da escola na inclusão social.

Este artigo objetiva analisar a evolução histórica e legal da educação inclusiva no Brasil, com especial atenção à gênese da Modalidade de Educação Especial como um instrumento jurídico e pedagógico. Além disso, busca identificar os eventos históricos que influenciaram a construção da ideia de educação para todos, conectando essas reflexões às demandas atuais de transformação do discurso inclusivo em práticas efetivas no cotidiano escolar. Ao longo da discussão, pretende-se destacar a necessidade de compreender a inclusão como um direito intrínseco à cidadania, indo além de uma mera obrigação legal.

A trajetória da educação brasileira evidencia que os avanços na garantia de direitos educacionais foram permeados por momentos históricos cruciais. Esses momentos demonstram como a luta por inclusão escolar tornou-se uma das mais importantes conquistas no combate à exclusão educacional, fruto de mobilizações de diversos atores sociais, que enfrentaram resistências e preconceitos para afirmar a educação como um direito universal. A articulação entre os campos político, cultural e científico ao longo de décadas contribuiu para consolidar o acesso e a permanência na escola como elementos centrais de uma sociedade democrática.

Diante desse panorama, a presente pesquisa propõe discutir duas questões centrais: como surgiu a Modalidade de Educação Especial no Brasil enquanto

instrumento legal da educação inclusiva, e quais eventos históricos desempenharam um papel determinante para que essa concepção fosse incorporada ao ideal de educação para todos. Ao investigar essas questões, espera-se fomentar reflexões críticas e gerar subsídios teóricos que fortaleçam a implementação de práticas inclusivas efetivas nas escolas brasileiras.

O compromisso de transformar escolas excludentes em ambientes inclusivos exige dos educadores e gestores um esforço contínuo em direção a práticas pedagógicas amplas, dialógicas e fundamentadas na garantia de direitos. Mais do que acolher indivíduos, é necessário superar barreiras que perpetuam a exclusão, reconhecendo que a inclusão escolar deve ser o alicerce de uma educação que valoriza a diversidade e a equidade.

Com base nesses fundamentos, este trabalho organiza-se em torno de uma revisão histórica e conceitual da educação especial, uma análise dos marcos legais e uma reflexão sobre as implicações práticas para educadores e instituições de ensino. Por meio dessa abordagem, almeja-se contribuir para o avanço do debate acadêmico e a ampliação de horizontes na construção de políticas e práticas educacionais inclusivas no Brasil.

EDUCAÇÃO ESPECIAL: REVISÃO HISTÓRICA E CONCEITUAL

Nos últimos tempos, a inclusão escolar tornou-se um tema amplamente debatido na educação brasileira. No entanto, compreender sua abrangência e finalidade ainda apresenta desafios interpretativos, especialmente devido à fragilidade no conhecimento dos princípios legais que sustentam esse direito. Essa lacuna se evidencia em situações em que famílias recorrem à justiça para garantir acesso formal à educação para seus filhos, revelando que o reconhecimento social desse direito ainda não atingiu sua plenitude.

A garantia do acesso a escolas especializadas apresenta maior cobertura, mas também enfrenta limitações para atender à demanda existente. Essa situação impacta diretamente a consolidação da educação inclusiva, evidenciando a necessidade de superar barreiras históricas, preconceitos e interpretações equivocadas que, por décadas, marginalizaram o público-alvo da Educação Especial. Nesse contexto, torna-se urgente e

necessário aprofundar as discussões sobre a trajetória da Educação Especial e sua relação com a inclusão escolar.

A história da Educação Especial no Brasil remonta à criação de entidades filantrópicas assistencialistas e especializadas, inspiradas em experiências dos Estados Unidos e da Europa. Nessas regiões, emergiam debates sobre o cuidado e a educação de pessoas com síndromes como a de Down, ampliando posteriormente o atendimento a outros grupos com diferentes condições. Esse movimento foi o embrião de uma conscientização global sobre inclusão, embora marcada por segregações e abordagens limitadas.

Segundo Ribeiro (2003), o século XX foi um período crucial para a ampliação do enfoque médico-pedagógico e psicopedagógico, que introduziu os estudos clínicos no campo da Educação Especial. Essa abordagem buscava integrar tratamento clínico e educação, estabelecendo bases para reflexões e debates sobre o atendimento às pessoas com deficiência no Brasil. Inicialmente, os serviços foram organizados em residências para pessoas com deficiências físicas e mentais, e posteriormente em clínicas e escolas privadas acessíveis apenas às classes sociais mais favorecidas.

Esse panorama inicial revela um cenário de exclusão social e educacional, no qual apenas uma parcela elitizada da população tinha acesso a atendimento especializado. Gradualmente, surgiram iniciativas voltadas para democratizar o acesso, mas as barreiras estruturais e conceituais persistiram. Ribeiro (2003) destaca que, mesmo com os avanços, a segregação prevaleceu, com os espaços assistencialistas assumindo funções pedagógicas limitadas.

No Brasil, a consolidação do "Serviço de Educação Especial" marcou um avanço significativo, funcionando como eixo norteador das políticas educacionais voltadas para pessoas com deficiência. Entretanto, a ênfase no modelo médico contribuiu para reforçar a ideia de que essas pessoas precisavam ser "curadas" ou "reabilitadas" para se adequar à sociedade, perpetuando resistências à inclusão efetiva. Sasaki (1997) argumenta que essa concepção moldou o paradigma inclusivo inicial, priorizando abordagens clínicas em detrimento de perspectivas pedagógicas.

A partir das décadas de 1980 e 1990, houve um crescimento expressivo de produções acadêmicas e literárias sobre Educação Especial, refletindo influências internacionais e o surgimento de uma literatura especializada que lançou as bases para o paradigma inclusivo. Nesse período, o conceito de inclusão ganhou força como uma política social e educacional que visa garantir acessibilidade e dignidade para todos os cidadãos, independente de suas condições.

O paradigma inclusivo evoluiu como contraponto ao modelo médico, desafiando a sociedade a modificar suas estruturas e atitudes para acolher a diversidade. Essa transição foi essencial para ampliar as portas das escolas, não apenas em termos físicos, mas também em sua essência, promovendo o acolhimento e o acesso educacional às pessoas historicamente excluídas.

Em síntese, a trajetória da Educação Especial no Brasil revela um processo contínuo de superação de barreiras históricas e culturais. Apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito para que a inclusão deixe de ser um discurso e se torne uma prática efetiva, garantindo que o acesso à educação seja verdadeiramente universal e equitativo. A reflexão sobre essa evolução é indispensável para compreender o presente e projetar um futuro mais inclusivo, no qual as diferenças sejam valorizadas e respeitadas como parte integrante da diversidade humana.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

No decorrer dos tempos a Educação Especial no meio educacional brasileiro passou a ser enxergada sob o foco da valorização humana. O perfil médico-assistencialista se sobressaía, visão essa que perdurou até meados do século XX, era priorizado o modelo clínico, enquanto no atendimento educacional predominava a segregação institucional.

Neste panorama, por conseguinte, começava a se falar de integração, ou seja, integrar a pessoa com deficiência na escola. Já no final da década de 60, a ideia de integração passou a desencadear novos rumos para Educação Especial no Brasil, dentro de uma concepção, cuja integração se perpetuaria apenas na ideia de que o espaço educacional deveria se pautar nos princípios de integrar os excepcionais.

Notadamente, observa-se que o conceito de integração estava relacionado apenas uma dimensão individualizada, cuja dinâmica era ofertar por meio de uma intervenção educacional um ensino especializado ao deficiente, os demais grupos não eram beneficiados dentro dessa política. É peculiar destacar que o consenso de segregação permeava sob o foco de produzir novos direcionamentos frente a uma política que pudesse atender e priorizar alguns direitos do cidadão brasileiro, mesmo que os mesmos fossem restritos a grupos menores.

Para Ribeiro (2023,) a Política Nacional de Educação Especial por décadas, pautou-se em fundamentos axiológicos, a Normalização e a Individualização. Isso evidencia que a integração buscou integrar as pessoas com deficiência no campo da educação, na família e no lazer, baseada em conceitos médicos, logo era possível aceita, já que a ciência estava por trás de explicações.

A terminologia integração, foi bastante utilizada com diferentes interpretações nos vários segmentos da sociedade brasileira, com a finalidade mostrar que a pessoas especiais também eram bem vistas pelo poder público. No entanto, ao discutir a integração no contexto educacional, é possível identificar na trajetória histórica que as pessoas especiais, poderiam frequentar a escola, mas seus espaços eram limitados a salas de aula específicas.

O discurso da segregação era amenizado pela propagação de que a essas pessoas estava se garantindo o direito de frequentar uma escola, e quem sabe até adquirir hábitos sociais mais aceitáveis. Sobre este aspecto Mantoam (1998), ressalta que a integração escolar se pautou numa metáfora a qual se oficializou num sistema de cascata. Para autora:

Forma condicional de inserção em que vai depender do aluno, ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação as opções dos sistemas escolares- a sua integração, seja em uma sala regular, em classe especial ou mesmo em instituições especializadas. Trata-se de uma alternativa em que tudo se mantém, nada se questiona do esquema em vigor (Mantoan, 1998, p. 23).

A política individualizada, na qual a integração ganhou força tanto teórica quanto prática, pautava-se em subsídios e princípios ligados a ideia de normalização. Este princípio estava subsidiado em que todas as pessoas com necessidades especiais, especialmente aquela com deficiência mental, teria o direito de experimentar um estilo

ou padrão de vida que seria comum ou normal à sua própria cultura, ou seja, não importava suas limitações, cabia normalizar as relações com ele, suas peculiaridades, limitações não eram as mais importantes. Aceitá-las era importante, mesmo que muitas vezes as condições não fossem propícias, ainda assim cabia conviver com eles, como isso fosse o bastante.

Foi a partir da década de 80, que área da Educação Especial começou a delinear uma nova corrente de compreensão alinhada a ideia de inclusão. Surgi então possibilidades de ofertar serviços educacionais com olhar mais acolhedor. Cabe destacar que foi enfatizado o seguinte: “Pode ocorrer em classes regulares, durante o almoço, em matérias específicas (como música, artes, educação física, e em atividades extras curriculares) (Mills, 1995, p.176).

Nesse panorama, de modo geral a integração foi abrindo espaço para que a finalidade da Educação Especial começou a delinear na sociedade brasileira, em especial no campo educacional os subsídios de igualdade de condições para se ingressar na instituição escolar. Assim o pressuposto de educação inclusiva já emergia de forma mais contundente.

Convém destacar que nenhuma dessas formas de integração social satisfaz plenamente os direitos de todas as pessoas com necessidades especiais, visto que a “integração pouco ou nada exigia da sociedade em termos de modificação de atitudes, de espaços físicos, de objetos e de práticas sociais” (SASSAKI, 1995, P. 35). Todavia, de um modo geral, os dois princípios foram importantes para que se pudessem ser criado elementos vinculados a aquisição de conhecimentos e experiências de integração, os quais posteriormente impulsionaram o surgimento do paradigma da inclusão.

Diante das experiências acumuladas, uma boa parte da comunidade acadêmica, algumas instituições sociais e organizações começaram pleitear, por volta do final dos anos 80 e início da década de 90, que era necessário disseminar de fato que a tradicional prática de interação social, fortalecida pela integração não era insuficiente para acabar com a discriminação que ainda segregava e afastava os deficientes e as pessoas que apresentavam qualquer dificuldade ou até mesmo limitações quanto o acesso e a permanência na instituição escolar.

Neste panorama foi iniciada a propagação de uma nova visão a respeito do processo de inserção das pessoas com deficiência, sendo que já se iniciava uma discussão a respeito da postura e da forma como tratar as pessoas e não só os deficientes. Fletcher (1996), ressalta cabia,

[...], portanto à sociedade eliminar todas as barreiras físicas, programáticas e institucionais para que as pessoas com necessidades especiais possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional (Fletcher, 1996, p. 7)

Vinculado a este pressuposto, começava a surgir no Brasil especificamente um novo processo, pelo qual a sociedade incluiria em seus sistemas sociais uma política que pudesse incorporar um novo sentido com relação ao exercício da cidadania as pessoas consideradas especiais. Assim a inclusão social surge baseado em princípios como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação. Para tanto, o sistema educacional também se tornou parte integrante desse processo, através da inclusão educacional a qual pressupõe: “Um conjunto de medidas e recursos (humanos e materiais) que a administração educativa coloca à disposição dos alunos com necessidades educativas especiais.” (Ezequiel, Ander-Egg, 1997).

Desta forma, a Educação Especial subsidiada pela perspectiva de um novo ideal de cidadania passa a englobar uma imensa diversidade, sendo que a base de tudo era justamente redimensionar a política educacional da Educação Especial brasileira. Entre as muitas diretrizes a ser executada no nível de redimensionamento da educação inclusiva. Dentre as diretrizes uma delas se reportava a criação de uma equipe multidisciplinar, compostas pelos mais diversos profissionais e especialistas. Tendo como objetivo principal promover uma articulação dos serviços ofertada no campo educativo as pessoas com deficiência.

A luta por promover uma melhor qualidade de vida àqueles que por algum motivo, necessitam de um atendimento mais adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social foi vista como fonte de inspiração para que uma vez que a pessoa com necessidade educativa especial pudesse ser olhada com mais significado social, cultural, econômico e político. Embasada por este direcionamento o conceito de Necessidades

Educativas Especiais (NEE), começa a ser difundido em 1978 a partir de sua adoção no Relatório Warnock, apresentando ao parlamento do Reino Unido, pela secretaria de Estado para Educação e Ciência, Secretaria do Estado para a Escócia e a secretaria do Estado para o País de Gales.

Este relatório foi o resultado do 1º comitê britânico, presidido por Mary Warnock, e que foi constituído para reavaliar o atendimento aos deficientes. Os resultados demonstraram que vinte por cento das crianças apresenta NEE, em alguns períodos da sua vida escolar. A partir destes dados, o relatório propôs o conceito de NEE, no entanto, o conceito NEE só foi adotado e redefinido em 1994 na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), passando a abranger todas as crianças e jovens cujas necessidades envolviam deficiências ou dificuldades de aprendizagem; incluindo ainda tanto crianças em desvantagem cognitiva, social e cultural como as chamadas superdotadas, bem como crianças de rua, as que trabalham, as de populações remotas ou nômades, crianças pertencentes a minoria étnicas ou culturais e crianças desfavorecidas ou marginais, bem como as que apresentam problemas de conduta ou de ordem emocional.

Atualmente, a política governamental atrelada a social, educacional e cultural acerca da inclusão vem rompendo barreiras. A ruptura com a história da exclusão visa a implementação de uma política de “inclusão” na qual a educação passou a ser como atividade elementar e necessária a sociedade humana, devendo adotar a diretriz inclusiva no exercício de seu papel socializador e pedagógico, buscando estabelecer relações pessoais e sociais de solidariedade, sem preconceito, fazendo com que todos se percebam dignos e iguais na vida social.

Desse modo, a inclusão escolar se constitui como uma proposta que representa valores importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades. Para tanto, as reflexões expostas têm o propósito de trazer uma abordagem significativa sobre a “Educação Inclusiva” visto que, é cada vez maior o número de pesquisadores e educadores interessados na discussão sobre esse assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em observância ao que foi discorrido nesse trabalho, pode-se dizer a inclusão escolar foi demarcada historicamente por motivações conceituais, teóricas e sociais, as

quais ainda perduram nas entre linhas e muitos discursos que tratam a inclusão, mais com a uma obrigação do que um dever social. Neste sentido é possível identificar que a educação inclusiva vem sendo delineada ao longo de muitas décadas sobre a ótica de diretrizes teóricas e estudos fora e dentro do meio educacional. Em razão disso, o referido trabalho é um instrumento dialógico na medida em que oportuniza uma leitura parcial de um tempo em que integrar era mais importante do que inclui, bem como oportuniza verificar as conceituações médicas foram e são de suma importância para que as análises e estudos das pessoas público alvo da Educação Especial, nos dias atuais, sejam mais detalhistas e mais direcionados, sobre o que realmente é importante e do que se pode ser trabalhado na escola para que a pessoas seja ela deficiente ou não seja acolhido a partir de um acolhido de aceitação e acolhimento.

O conceito de inclusão ainda é questionável, pois nem sempre abrange uma totalidade de direitos, mesmo com a legalidade fundamentada na Constituição Federal (1988), Declaração de Salamanca (1994) e LDB (1996), pois observa-se empiricamente que as práticas inclusivas estão sendo criadas e recriadas a partir da urgência que surgem na escola, na sociedade e que elas muitas vezes não se afirmam por conta de políticas públicas não as solidificam.

Desse modo, são muitas as razões pelas quais a temática sobre educação inclusiva se tornou importante no âmbito da educação brasileira, mas ainda assim, pairam práticas excludentes quando se observa que as estruturas físicas e pedagógicas limitam a convivência das pessoas público da Educação Especial. Portanto, conclui-se que o amparo legal alinhado aos conhecimentos teóricos vem norteado a concepção de igualdade de oportunidade numa equivalência de acesso para todos.

REFERÊNCIAS

BAUMEL, Roseli e RIBEIRO, Maria Luisa (orgs.) **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo. Avercamp, 2003.

BRASIL, **Constituição Federal do Brasil**, 1988.

BRASIL.PCN. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Adaptações Curriculares. Estratégias Para a Educação de Alunos com necessidades Educacionais Especiais.2001.

BRASIL.**Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Estratégias e Orientações Para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais.

- BRASIL, **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Conselho Nacional de Educação. MEC. Brasília, 2001.
- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Adaptações curriculares. SEF-SEE-MEC. Brasília, 1999.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Biblioteca da educação, série 1, Escola; v. 16).
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, Moacir. **O pensamento pedagógico brasileiro**. Editora Ática, São Paulo, 2004.
- GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Editora Plano.2002.
- GÔES, Maria Cecília; LAPLANE, Adriana Lia. (orgs), **políticas de educação inclusiva**. Campinas, SP: Autores Associados. 2004.
- JOSSO, Marie-Christine. **A transformação de si a partir da narração de histórias de vida**. Porto Alegre/RS, n. 3 (63), p. 413-438, set./dez. 2007.
- JUDITH, Alda; MAZZOTTI, Alves; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, Thompson Learning, 2001.
- MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar**. São Paulo: Moderna, 2005.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: teoria da educação curvatura da vara**. Campinas, SP, 1999.

Submissão: julho de 2023. Aceite: setembro de 2023. Publicação: novembro de 2023.